

Wilson Martins: entre a *intelligentsia* e a universidade (1951)

Névio de Campos*

Resumo:

Este artigo visa analisar a presença de Ortega y Gasset entre o grupo paranaense na década de 1950, particularmente sua presença no pensamento de Wilson Martins, privilegiando o debate em torno das ideias de intelectual e de universidade. Discorre sobre a contribuição desse pensador paranaense no processo de constituição e organização do ensino superior no Paraná e enfatiza que o seu papel consistiu em promover o debate sobre a presença do intelectual na sociedade moderna, atribuindo-lhe a missão de guardião da moral e arauto da renovação cultural, sem esquecer o contexto político-cultural do Brasil e da Europa como pano de fundo da criação do ensino superior. Apoiar-se no discurso intitulado “A revolta contra a inteligência e a missão da universidade”, proferido na Universidade do Paraná, em 1951, e na obra *História da inteligência brasileira*, escritos pelo pensador.

Palavras-chave:

intelectuais; cultura; universidade.

* Doutor em História da Educação. Professor no Programa de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Wilson Martins: between the *intelligentsia* and the university (1951)

Névio de Campos

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the presence of Ortega Y Gasset in the Parana's State group during the 1950s, especially his influence in the thinking of Wilson Martins, and to emphasize the debate on the ideas of the intellectual and the university. The article discusses about the contributions of this Parana's thinker on the Parana's university teaching constituting and organizing process, and emphasizes that the Wilson Martins' role consisted in promoting the debate on the presence of the intellectual person in modern society, attributing the mission as guardian of the moral and herald of cultural renovation, without forgetting the Brazilian and European political-cultural context as the founding background to higher education. It bases itself on the speech entitled "The rebellion against intelligence and the mission of the university", that occurred at the University of Parana in 1951, and on the work *The History of Brazilian Intelligence*, written by Wilson Martins.

Key words:

intellectuals; culture; university.

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar o debate em torno do papel do intelectual e da universidade, no contexto paranaense do início da década de 1950. Em termos específicos, pretende discutir tal problemática à luz das reflexões de Wilson Martins¹, apoiando-se no seu discurso intitulado “A revolta contra a inteligência e a missão da universidade” que fora proferido em 1951², bem como em alguns aspectos do volume sete da *História da inteligência brasileira (1933-1960)*. Tal pretensão se justifica porque naquele momento a visão universitária propugnada pela tradição católica buscava, a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), conformar a Universidade do Paraná (UP). Por outro lado, a presença de Wilson Martins na FFCL representava a manifestação de outra tradição teórica e ideológica no próprio interior dessa instituição de ensino superior do Paraná.

Do ponto de vista analítico, este artigo insere-se na história intelectual, “domínio pluridisciplinar por excelência” (SILVA, 2003, p. 16). Neste texto, tal perspectiva transitará entre a abordagem que privilegia “o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual [...], isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus *habitus*” (idem, ibidem), e o enfoque que enfatiza “as características de um momento histórico e conjuntural que impõem formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades específicas de pensar e de agir de uma comunidade intelectual” (idem, ibidem). Em outros termos, a primeira tendência enfatiza o que poderia ser denominado de história dos

-
- 1 Wilson Martins nasceu em São Paulo, em 1921, e faleceu em Curitiba, em 30 de janeiro de 2010. Bacharel em direito (1943) pela Faculdade de Direito do Paraná e doutor em letras (1952) pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do governo francês (Paris, 1947-1948). Foi professor da cadeira de língua e literatura francesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Paraná (1951-1962). Professor visitante da Universidade Kansas (1962). Professor associado na Universidade de Wisconsin-Madison (1963-1964). Professor titular de literatura brasileira na New York University (1965-1991). Crítico literário dos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Gazeta do Povo* (PR).
 - 2 Esse intelectual tem uma vasta produção, sendo mais conhecido pelas críticas literárias. Mais informações consultar a obra *Wilson Martins* organizada por Miguel Sanches Neto (1997) e *Mestre da crítica* de André Seffrin et al. (2001).

intelectuais – restituir as redes ou os espaços de sociabilidade de Wilson Martins, particularmente sua relação com o grupo da revista *Joaquim* e sua presença na Universidade do Paraná. A segunda tendência debruça-se sobre o que se chama de história intelectual – restituir as ideias de Wilson Martins articuladas aos “paradigmas intelectuais, os *epistémè*, as correntes filosóficas que interferem, direta ou indiretamente, nas representações, nas visões de mundo, condicionando sistemas de percepção, de apreciação e de classificação” (SILVA, 2003, p. 19).

O recorte deste artigo privilegia o debate sobre o papel da *intelligentsia* e a missão da universidade, haja vista que o problema do intelectual e da universidade ganhou relevância entre os grupos que organizaram o ensino superior no Paraná. Para eles, a universidade seria responsável pela formação das lideranças e dos especialistas necessários para a modernização do estado. Não obstante, a divergência apresentava-se à medida que postulavam as bases da formação universitária. É nesse ambiente cultural e intelectual que se insere a discussão sobre alguns aspectos da trajetória de Wilson Martins.

Em outros termos, este artigo objetiva discutir em que lugar estava instituído o discurso de Wilson Martins. Por um lado, a aula inaugural desse professor enunciava a posição de parte da intelectualidade paranaense que objetivava estabelecer o que se denominava espírito universitário. A rigor, ele discursava do interior da FFCL, ou seja, da instituição que até 1950 esteve sob controle direto dos Irmãos Maristas, por conseguinte sob a orientação ideológica católica, condição que persistiu após a federalização da UP. Por outro, a intervenção de Martins não expressava os fundamentos da filosofia católica. É tarefa desta análise explicitar as interlocuções de Wilson Martins com as vertentes teóricas e filosóficas, bem como suas relações com os grupos do cenário do Paraná da década de 1950.

Universidade do Paraná: ambiente institucional de debate das ideias de Wilson Martins

Em discurso de sua aula inaugural, proferida em 1º de março de 1951, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, Wilson Martins

preocupava-se em afirmar a orientação que tal instituição deveria seguir. Naquele momento, a UP completava um ano de sua federalização. Esse processo estava articulado ao movimento pela federalização das universidades brasileiras, organizado por parte da intelectualidade e pelas lideranças políticas do Brasil, pois no final dos anos de 1940 havia certa simpatia à tese do Estado educador. Na década de 1930, o Estado centralizou a discussão sobre o ensino nos diferentes níveis, embora tenha estabelecido o direito de constituição de faculdades particulares. Se no final do século XIX, bem como nos primeiros anos do século XX, houve combate ao ensino oficial, no governo Vargas existiu uma espécie de conformação dos diferentes grupos aos projetos educativos propostos pelo Estado, pois eles participavam das esferas públicas no intuito de contribuir com o governo, bem como de legitimar os seus projetos formativos.

Segundo Mônica Pimenta Velloso (2003, p. 148),

é a partir da década de 1930 que eles [intelectuais] passam sistematicamente a direcionar sua atenção para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. Percebendo a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade.

O ensino superior paranaense teve origem no início do século XX³. Em 1912, foram estabelecidas as Faculdades de Medicina, de Direito e de Engenharia, constituindo oficialmente até 1915 a Universidade do Paraná. A partir de 1915 foram desmembradas por força da Reforma Maximiliano, que determinou o monopólio por parte do governo federal da abertura de universidades. Em 1938, foi criada a FFCL sob a coordenação ideológica e administrativa do laicato católico e dos Irmãos Maristas. Em 1946, foi estabelecida a UP. Para os grupos que coordenaram o movimento de 1946 houve a restauração da UP.

Em 1946, a constituição da UP deu-se pela agregação das quatro faculdades existentes em Curitiba. Porém a aglutinação não representou

3 Para aprofundar a compreensão do processo de constituição do ensino superior no Paraná, sugerimos consultar Rui Wachowicz (1983) e Névio de Campos (2008).

o estabelecimento de uma visão unitária de ensino superior – como a que foi pensada na Universidade de São Paulo (USP), em 1934, pois essa, ao menos, foi idealizada por parte do grupo nos termos que se aproximavam das proposições do projeto universitário humboldtiano. Segundo Maria de Fátima de Paula (2002, p. 39),

houve grande resistência das faculdades profissionais ao caráter propriamente universitário da FFCL [da USP] proposto pelos fundadores, de integração dos cursos voltados principalmente para a pesquisa, dispersos pelas várias escolas antigas (integração esta que se daria na FFCL [da USP], quer através da criação de Departamentos, quer através da fundação de Institutos).

Essa resistência implicou em disputas acirradas nos diferentes órgãos diretivos da USP, como por exemplo, nas congregações, na Reitoria e no Conselho Nacional de Educação. Conforme a autora (*idem*, p. 40),

as escolas profissionalizantes não aceitavam a centralização das matérias básicas, alicerce das especializações profissionais e técnicas, na FFCL [da USP], com o objetivo de desenvolver o verdadeiro espírito universitário e de se evitar a duplicação de recursos para os mesmos fins.

De acordo com Paula (*idem*, *ibidem*), “as lutas no interior do Conselho Universitário duraram alguns anos, sendo a FFCL [da USP] derrotada, na medida em que cada escola ou faculdade acabou se responsabilizando pelas matérias básicas de seus cursos”.

No Paraná, nos anos de 1910, o modelo francês/napoleônico⁴, como expressão das escolas profissionalizantes, sustentava as Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito. Na década de 1930, o grupo católico paranaense se mostrava organizado, pois no final dos anos de 1920, criou o Círculo de Estudos Bandeirantes⁵, o qual aglutinou as principais lide-

4 Mais adiante discutiremos o sentido do projeto universitário francês/napoleônico.

5 O Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) foi criado por um grupo de intelectuais paranaenses sob a coordenação do Pe. Luiz Gonzaga Miele. Esse centro cultural foi constituído segundo os moldes do Centro Dom Vital.

ranças intelectuais e políticas do Paraná, com o fim de estudar, divulgar e lutar pelos princípios da filosofia católica.

Em 1938, os católicos coordenaram a criação da FFCL, donde organizaram a sua intervenção cultural e a luta pela inserção do projeto católico no ensino superior paranaense. Em meados dos anos de 1940, houve uma acomodação dos interesses dos diferentes grupos envolvidos nas instituições de ensino superior, pois naquele momento foi estabelecida a UP. Aquele evento reuniu dois grupos distintos, o de 1912, ligado às escolas profissionalizantes, e o de 1938, atrelado aos cursos de filosofia, ciências e letras. Em 1912, entre o grupo fundador havia representantes de múltiplas vertentes ideológicas, com destaque para o grupo positivista, que encontrava na trajetória de Nilo Cairo da Silva a principal expressão. O grupo da FFCL, do ponto de vista ideológico, estava vinculado ao pensamento católico. A UP foi produto da aliança de intelectuais e políticos de diferentes extrações ideológicas que lutavam pelo ensino superior no estado, mas também se constituiu em um espaço de disputa entre as congregações de cada faculdade para assumir o controle administrativo e acadêmico da própria universidade. A avaliação de Bourdieu (2009, p. 116) é fecunda para sintetizar nossa afirmação, pois “o mundo universitário, como todos os universos sociais, é o lugar de uma luta pela verdade sobre o mundo universitário e sobre o universo social em geral”. A luta pela direção da UP representava a disputa pelo poder de controlar a formação de quadros para dirigir os principais espaços culturais e políticos do estado do Paraná. Em outra passagem emenda Bourdieu (idem, *ibidem*), “a universidade também é o lugar de uma luta para saber quem, no interior desse universo socialmente mandatário para dizer a verdade sobre o mundo social [...] está realmente [...] fundamentado para dizer a verdade”.

As ideias de Wilson Martins estavam de acordo com a voz da intelectualidade paranaense ligada ao ensino superior, ao postular a necessidade de constituir o que se denominava genericamente de espírito universitário. No entanto, a compreensão de Martins a respeito do que seria o espírito universitário diferenciava-se do entendimento do grupo católico. Sendo assim, distanciava-se da posição predominante na UP, pois naquele momento os católicos tinham presença marcante nos principais espaços de decisão da Universidade.

A afirmação de que o grupo católico estava presente após a federalização da UP se evidencia pela atuação de Homero de Barros na direção da FFCL entre 1951 e 1968. Em 1946, na aula inaugural proferida na FFCL, Homero de Barros sustentava que o espírito da universidade seria constituído pelos ideais do humanismo integral. Ele conclamava os acadêmicos a contribuir com o processo de formação do espírito universitário, “buscando na cultura superior um instrumento de restauração dos valores eternos, um sentido cristão e intangível da vida, meio de contribuir para que a sociedade não se distancie de Deus” (ANUÁRIO..., 1946/1947, p. 46).

A trajetória de Flávio S. de Lacerda⁶ marca a forte presença da tradição católica na UP. Ele foi professor da Faculdade de Engenharia e da FFCL e reitor da universidade por 19 anos; coordenou o processo de federalização da UP; pertencia ao grupo católico, pois desde os anos de 1930, passou a ser integrante do CEB. A rigor, Flávio de Lacerda institucionalizou o discurso católico como discurso da universidade. Ele criticava o liberalismo, bem como as doutrinas autoritárias manifestadas nos fascismos e no stalinismo. Nesse sentido, é possível situar esse autor no interior da democracia cristã propugnada por Jacques Maritain e defendida por Alceu Amoroso Lima. De modo geral, nos anos de 1950 havia forte desprezo pelo autoritarismo, pois o fascismo foi considerado a expressão da Segunda Guerra Mundial. Além disso, o pensamento católico identificava o stalinismo como ameaça à cultura da paz. Ao mesmo tempo, houve resistência ao papel da doutrina liberal, o que é possível identificar nas palavras de Flávio de Lacerda:

[...] a Universidade liberal [...] só conhecia como ideal um universalismo cientificista e tecnicista, pleno de falsos designios, que se manifestou, por isso mesmo, incapaz de tranquilizar o homem, antes o submeteu a este desespero em que ainda nos debatemos, entre mitos e filosofias inoperantes que caracterizam os últimos alentos de uma era morta (ANUÁRIO..., 1949, p. 64-65).

6 Em 06 de agosto de 1948, João Ribeiro de Macedo Filho assumiu a Reitoria da UP e Flávio S. de Lacerda ocupou a Vice-Reitoria. Em 04 de agosto de 1949, Macedo Filho faleceu e Flávio de Lacerda assumiu o cargo de reitor da UP que, salvo o interím de 1964-1967, exerceu até 1971.

Liguarú Espírito Santo, professor de história e filosofia da educação, também um dos fundadores do CEB, consistia na típica expressão do catolicismo romanizador. Para ele, a doutrina católica era o fundamento do pensamento verdadeiro e universal. Sustentava que o mundo moderno se caracterizava pelo fracionamento, pela fragmentação, pelo pluralismo e pela poliversidade, ao invés do unitarismo e da universidade. Segundo ele, a missão da universidade não consistia apenas em preparar sábios, homens de laboratórios e profissionais, mas em “criar homens, homens no mais amplo e belo sentido da palavra, homens que constituam um escol social – *dirigentes*” (ESPÍRITO SANTO, 1947, p. 12, grifo do autor).

A história da universidade brasileira do século XIX e parte do século XX é marcada pela predominância do modelo francês de ensino superior. A rigor, as referências à experiência francesa estavam centradas nas produções do período napoleônico. Napoleão Bonaparte buscava restaurar a ordem na sociedade francesa por meio da instrução pública. Assim, a reforma do ensino superior francês representava uma estratégia política, ou seja, visava oferecer ao Estado e à sociedade os quadros necessários para a estabilização de um país conturbado, controlando estritamente sua formação em conformidade com a nova ordem social e impedindo o renascimento de novas corporações profissionais. Desse modo, o modelo centralizado de ensino superior francês estava subordinado ao poder estatal, resultando em faculdades, escolas e academias. De acordo com Charle e Verger (1996, p. 76), “esse despotismo esclarecido [...] explica a predominância do modelo de escolas (mesmo quando esta se chama faculdade), a tirania do diploma do Estado [...], a regulamentação precisa dos programas uniformes, o monopólio da colação de graus pelo Estado”. A Universidade Imperial da França, denominação estabelecida por lei em 1806, expressava a concepção universitária napoleônica/francesa, cuja estrutura estava alicerçada em escolas e faculdades isoladas. No Brasil, houve diferentes debates sobre a universidade, mas ao longo do período imperial e parte da República, observamos a existência de faculdades e escolas isoladas, pois desde 1808 foram criados cursos destinados a formar profissionais para o Estado. Segundo Maria de Lourdes Fávero (2000, p. 20), “se excluirmos algumas cadeiras que objetivam oferecer estudos

de caráter desinteressado [...] a obra de D. João VI, em matéria de ensino superior, decerto, foi marcada pelo caráter utilitário e pragmático”. Roque Spencer de Barros analisa o período final do século XIX e as primeiras décadas do noventa, sustentando que o ensino superior brasileiro foi conformado pela organização de escolas de formação profissional. Para ele, “o país conheceu esses estabelecimentos [faculdades de filosofia] a não ser no século seguinte, na década de [19]30” (BARROS, 1986, p. 227). Portanto, o modelo francês, estruturado por Napoleão, teve forte repercussão na sociedade brasileira, pois desde o início do século XIX, com a vinda da Família Real, imprimiram-se seus traços nas instituições de ensino superior que foram sendo criadas. Ou melhor, no período monárquico e nas primeiras décadas da República, somente se estruturaram escolas superiores de formação de médicos, engenheiros e bacharéis em direito.

No entanto, paralelamente ao processo de constituição das instituições, foram discutidos e apresentados projetos universitários que dialogavam com o modelo prussiano/alemão, entre os quais destacamos a ação de Francisco da Rocha Pombo, intelectual, historiador e político do Paraná que, em 1892, organizou e apresentou o primeiro projeto universitário paranaense, o qual incluía as faculdades de letras, de formação de professor e de formação profissional (direito, engenharia e medicina). O modelo universitário prussiano/alemão materializou-se com a criação da Universidade de Berlim. Essa universidade, criada em 1810, expressou o que conhecemos como modelo universitário alemão, cuja discussão foi estabelecida por Kant, Fichte, W. Humboldt e F. Schleiermacher. Humboldt, considerado o fundador da Universidade de Berlim, na obra *Sobre a organização interna e externa dos estabelecimentos científicos superiores em Berlim*, escrita em 1808, afirmava que a função primeira da universidade seria a adoção de todo o saber, e a da academia consistia na investigação, no entanto aquela não poderia abdicar totalmente do campo de pesquisa, embora não fosse a sua função primordial. Para ele, as instituições científicas têm duas tarefas: “por um lado, promoção do desenvolvimento máximo da ciência. De outro, produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral” (HUMBOLDT, 2003, p. 79). Em síntese, arremata Humboldt (idem, p. 81), “[...] deixando de lado qualquer vínculo com o Estado, o que denominamos

instituições científicas superiores não é senão a vida intelectual (*geistige leben*) dos que se dedicam à ciência e à pesquisa [...]”.

No plano nacional, diferentes intelectuais e políticos defenderam a reforma universitária com base no projeto prussiano. No entanto, os projetos de lei apresentados se aproximavam do modelo universitário de Coimbra, como, por exemplo, o projeto que, em 1842, previa a criação na capital do país dos cursos de teologia, direito, matemática, filosofia, medicina e físico-matemática, e o projeto do ministro do Império, Paulino Soares de Souza, que em 1870, postulava a criação de quatro faculdades (direito, ciências naturais e matemática, medicina e teologia).

No século XX, a presença da ideia da universidade alemã foi recebida em diferentes países. Ao longo dos anos de 1930, o grupo paulista identificava na Faculdade de Filosofia da USP o lócus por excelência de formação dos universitários. Guardadas as dificuldades e os entraves históricos que aquela proposição enfrentou, é importante ressaltar que o desejo de estabelecer o espírito universitário ganhou relevância entre grande parte da intelectualidade brasileira, atingindo sua maior expressão na Reforma Universitária de 1968.

É nesse ambiente cultural e intelectual que se localizou a intervenção de Wilson Martins. Sob um aspecto, sua intervenção se aproximava do grupo que dirigia a UP, pois sustentava a necessidade de estabelecer o espírito universitário. O grupo católico reconhecia, em diferentes momentos, que a universidade brasileira consistia em um aglomerado de escolas e faculdades. No início de 1930, Alceu Amoroso Lima já acusava os dirigentes e intelectuais brasileiros de construir as bases do ensino superior com caráter profissionalizante. Essa crítica também foi estabelecida por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Sob outro aspecto, o discurso de Wilson Martins se distanciava dos católicos, uma vez que dialogava com o grupo que promovia a doutrina liberal e estabelecia outros elementos como base da universidade.

É interessante observar a afirmação de Wilson Martins (1996, p. 302), ao referir-se aos entendimentos do conceito de universidade:

Não será abusivo imaginar que a universidade de Fernando de Azevedo, Laerte Ramos de Carvalho, Afrânio Coutinho e a minha própria difere substancial-

mente da que preconizavam o Pe. Leonel Franca, Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima [...]. Um dos participantes [Semana de intelectuais católicos do Brasil], o Pe. Maurílio T. L. Penido, geralmente considerado um dos expoentes da filosofia brasileira, sustentava que a teologia era a “cúpula da Universidade”, sendo embora certo que Francisco de Assis Magalhães Gomes não via nenhum antagonismo intransponível entre o espírito científico e a Igreja.

É possível aproximar Wilson Martins do grupo associado ao Movimento pela Escola Nova. Ele próprio se inscreve entre o grupo de Fernando de Azevedo, Ramos de Carvalho e Afrânio Coutinho, contrapondo-se aos representantes da tradição católica (Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima). Em entrevista concedida a Sanches Neto (1997, p. 24), Wilson Martins faz referência a sua relação com o grupo católico da FFLC: “[...] Eu apenas participei da polêmica então criada e passei a ser visto com hostilidade tanto pelo Reitor Flávio Suplicy de Lacerda quanto pelo doutor Homero de Barros, Diretor da Faculdade”. A referida polêmica resultou de uma denúncia feita por Temístocles Linhares (professor de literatura na FFCL) de que livros de Eça de Queiroz e Galdós tinham sido mutilados. Mais tarde, informa Martins, se descobriu que a destruição dos livros fora feita por um jesuíta. A hostilidade da reitoria e da diretoria tinha razões mais profundas do que a participação de Wilson Martins no episódio de denúncia da mutilação das obras indicadas acima. A rigor, Temístocles Linhares e Martins eram conhecidos e reconhecidos por compor a fileira dos críticos da tradição. De acordo com a entrevista dada a Sanches Neto (idem, ibidem), “o reitor mandou abrir inquérito administrativo com a intenção de punir os denunciante e não o autor das mutilações”.

No Paraná, Wilson Martins compunha o grupo da revista *Joaquim*, do qual participava Erasmo Pilotto – principal interlocutor da Escola Nova na capital. Fundada em 1946, de acordo com Rossano Silva (2009, p. 74), *Joaquim* era uma “revista literária que tinha por objetivo agitar o campo literário e artístico local, se opondo à tradição e assumindo uma postura renovadora ao combater o paranismo”. Pelo exposto, é possível afirmar que a relação de Wilson Martins com o grupo da *Joaquim* evidencia sua incursão por outras tradições teóricas. Sua relação de crítica à tradição se explicitava na contraposição ao pensamento católico presente na FFCL. Na

sequência, sustenta Rossano Silva (2009, p. 75), “a *Joaquim* foi fundada por Dalton Trevisan, que procurou Pilotto com os planos para a revista, e, após amadurecem a ideia, buscaram outros colaboradores, como Wilson Martins, Poty e Viaro [Temístocles Linhares]”. A rigor, o grupo constituiu-se com a revista *Joaquim*. Tal assertiva é sustentada por Wilson Martins (2005, p. 1), ao dizer que “em certo sentido foi a revista que formou o grupo e não ao contrário”. O ingresso de Wilson Martins ocorreu pela mobilização de Dalton Trevisan: “foi do próprio Dalton que apareceu assim e nós aderimos. Foi uma espécie de constelação que se formou, porque nós éramos amigos dele e ele nosso, então automaticamente nós entramos na mesma briga” (idem, p. 3). A incursão de Wilson Martins na revista *Joaquim* traz aspectos para compreender sua atuação contrária à posição da Igreja Católica na FFCL, bem como para explicar sua relação com o idealismo, no qual se inseria a perspectiva vitalista de Ortega y Gasset.

Lugar da inteligência e da universidade no horizonte intelectual de Wilson Martins

Na passagem da obra *História da inteligência brasileira (1933-1960)* citada anteriormente, o próprio Wilson Martins associava sua trajetória ao grupo de Ramos de Carvalho e Fernando de Azevedo. Desse modo, é importante indagar sobre a filosofia que inspirava Wilson Martins na década de 1950.

No texto preparado para a aula inaugural de 1951, Wilson Martins faz referência direta ao nome de Ortega y Gasset em dois momentos, nos quais discutia os conceitos de Faculdade de Filosofia e Faculdade de Cultura e a própria acepção de cultura. Embora tenha citado o nome desse filósofo espanhol, não identificou explicitamente as obras consultadas para esse debate. No entanto, em determinado momento do discurso, sustentou que as teses defendidas se fundamentavam nas reflexões sobre a missão da universidade, as quais foram desenvolvidas pelo pensador ibérico.

Ao longo do ensaio, Wilson Martins fez referência também a Luis Jiménez Asúa, pensador espanhol e professor da Universidade de Madri, destacando que adotava o sistema universitário quadripartido estabele-

cido por Asúa. Além disso, indicou em nota de rodapé a obra intitulada *El criminalista*, desse mesmo autor. Também citou o nome do pedagogo espanhol Dom Manuel Bartolomé Cossio.

O pensador paranaense inicia sua aula inaugural afirmando que existia um movimento de revolta contra a inteligência. No início da década de 1950, a trajetória acadêmica e intelectual desse pensador estava se iniciando. Sua produção ganhou relevância a partir dos anos de 1960, culminando, ao final do século XX, como autor de uma considerável quantidade de obras. O *status* de inteligência recebe um tratamento acurado na pena de Wilson Martins (1951, p. 67) que afirmava: “se me pedissem para definir este momento da vida brasileira, eu não hesitaria, conhecendo, embora, o perigo de tais apanhados resumidores, em dizer que ele se caracteriza, antes de mais nada, pela revolta contra a inteligência”.

A revolta contra a inteligência, asseverava o autor, “se manifesta em todos os setores da vida social, que atinge a nossa organização política e os padrões normais de pensamento do homem médio, que devasta a imprensa e deteriora o código de honra coletivo e que põe em sério perigo a própria razão de existir da Universidade” (idem, *ibidem*). Existia, no entendimento do autor, uma desvalorização do pensamento, da inteligência. Não obstante, era necessário que as vozes defensoras do pensamento se insurgissem em defesa da inteligência. Indicava que “é indispensável, porém, que nós outros, a quem parece ter cabido por uma inquietante escolha do destino a missão de ser os últimos defensores da inteligência, de ser aquela voz solitária que clama no deserto” (idem, p. 68). Enfaticamente, conclamava: “é preciso que nós outros, professores e alunos da Universidade, meditemos sobre os aspectos desse mal que nos corrói, na pesquisa ansiosa de um remédio que talvez não exista” (idem, *ibidem*).

Em nosso entendimento, a máxima orteguiana de que o intelectual era uma espécie de “guardião” da esfera moral ganha enorme sentido no pensamento martiniano. O filósofo espanhol, no texto “Velha e nova política” (1914), que compunha o Manifesto da Liga de Educação Política Espanhola, objetivou promover entre os intelectuais o compromisso com a renovação cultural e política de seu país. Desse modo, buscava estabelecer as bases de uma nova política em detrimento da velha política, contrapondo a Espanha Vital à Espanha Oficial.

O autor do manifesto, segundo Elide Bastos e Walquíria Rêgo (1999, p. 21),

conclama as novas gerações – até então apáticas frente ao problema nacional – a atuar, transformando as bases da política, mostrando não concordar com os princípios, os usos, as ideias e o vocabulário dos que dirigem os organismos oficiais da vida espanhola. Sua oposição fundamental se dirige aos partidos tradicionais que não se fundam em ideias programáticas e sim em interesses restritos.

Pelo exposto anteriormente, salientamos a aproximação existente entre Wilson Martins e Ortega y Gasset. Na mesma direção do pensador ibérico, Martins conclama a inteligência brasileira a promover a renovação cultural em nosso país. A rigor, há uma razão histórica para tal proposição, pois os intelectuais, no século XX, foram associados aos homens de ação, aos técnicos, sob a alegação de que os humanistas tornaram-se anacrônicos.

É preciso afirmar que Wilson Martins não visava restaurar a ideia de intelectual defendida por Julien Benda (1999). A acepção de Benda sustenta que os clérigos têm a função de guardiões exclusivos da cultura, distinguindo-se da sociedade e da ordem política. Aqueles que preconizaram a indissociabilidade entre cultura e política foram acusados de traidores por Benda.

Na interpretação de Norberto Bobbio (1997, p. 75-76),

os clérigos de Benda são acusados de desvalorizarem os princípios que deveriam inspirar a ação do clérigo, de terem trocado os princípios da justiça e da verdade pelo princípio da utilidade da pátria ou da facção, de terem traído sua missão na medida em que se tornaram adoradores de falsos princípios.

Julien Benda (1999, p. 66) denunciava que “no final do século XIX, aconteceu uma mudança capital: os intelectuais começam a fazer o jogo das paixões políticas; aqueles que refreavam o realismo dos povos, agora estimulavam”. A trajetória intelectual desse filósofo francês reafirma a acepção clássica de intelectual – indivíduo comprometido com os princípios perenes (cultura/filosofia).

Por outro lado, Wilson Martins não pactuava com a tendência do intelectual inaugurada pelo caso Dreyfus. A concepção oriunda do Caso Dreyfus enfatiza a aproximação entre cultura e política, isto é, entre atividade intelectual e atividade política. Os intelectuais envolvidos com o Caso Dreyfus, de acordo com a historiografia, inauguram um novo modo de ser. Entre os especialistas, há certo consenso sobre a afirmação de “que os intelectuais apareceram por ocasião do Caso Dreyfus (anos 1894-1906, ou 1897-1899, se nos ativermos ao núcleo da polêmica pública)” (LECLERC, 2005, p. 9). Antonio Gramsci (2001) foi um dos autores contemporâneos que sistematizou tal tendência, ao postular que toda classe social tem seus intelectuais orgânicos.

Não obstante, entendemos que Wilson Martins contrapõe-se à tradição filosófica de Benda, bem como ao conceito postulado pela tradição marxista. Porém, ao modo de Ortega y Gasset, vislumbrava uma ação cultural-política. Nesses termos, ao endereçar suas críticas aos conservadores (católicos), aos liberais (movimento paulista de 1932) e aos socialistas, visava promover entre a intelectualidade brasileira uma reflexão acerca do papel da elite cultural, cuja missão era procurar uma saída para as crises e encontrar uma forma de organização cultural e social capaz de emancipar o homem. A manifestação de Martins não associa absolutamente política e cultura. Também não as dissocia totalmente. Ao se inscrever na tradição de Ortega y Gasset é possível sustentar que Wilson Martins postula uma autonomia relativa da cultura, portanto, do próprio intelectual. Tal postulado pode ser pensado à luz de Pierre Bourdieu, particularmente a partir do conceito de campo cultural/intelectual.

Para Bourdieu (2008, p. 61),

o campo exerce um efeito de refração (como um prisma): portanto, apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento (seu “coeficiente de refração”, isto é, seu grau de autonomia) é que pode compreender as mudanças nas relações entre escritores, entre diferentes gêneros [...] ou entre diferentes concepções artísticas [...].

Wilson Martins, já na sua maturidade, afirmava que não pertencia nem à esquerda, nem à direita brasileira. Tal assertiva deverá ser lida na

direção do que sustentam as pesquisas de Bourdieu a respeito do campo literário – a consolidação do próprio campo literário a partir do século XIX. Para Bourdieu (2008, p. 148), “esse processo de diferenciação ou de autonomia resultou na constituição de universos que têm ‘leis fundamentais’ [...] diferentes, irredutíveis, e que são o lugar de formas específicas de interesses”. Na sequência assevera (idem, *ibidem*), “o exemplo mais flagrante é o campo artístico que se constitui no século XIX, atribuindo-se como lei fundamental o inverso da lei econômica”.

Ao se representar acima dos interesses do poder político, Wilson Martins insere-se na condição de agente do campo literário – espaço de possíveis. Para Bourdieu (idem, p. 53), “esse espaço de possíveis é o que faz com que os produtores de uma época sejam ao mesmo tempo situados, datados, e relativamente autônomos em relação às determinações diretas do ambiente econômico e social [...]”. Ao afirmar que buscou estabelecer uma relativa autonomia em relação aos grupos políticos brasileiros, Wilson Martins privilegia a discussão sobre a ideia do que os intelectuais deveriam ser ou fazer (prescrição) e menos o que os intelectuais são e fazem em uma determinada época (descrição). Tal posicionamento pode ser compreendido à luz das palavras de Norberto Bobbio (1997, p. 79):

A conduta do intelectual deveria ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de “o elevado rumor da história do mundo”, mas, ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem.

Essa passagem sintetiza, em nosso entendimento, a compreensão de intelectuais advogada por Ortega y Gasset e Wilson Martins. Nesse sentido, Martins manifesta a aceção idealista de inteligência, postulando uma autonomia relativa da cultura em relação à política. Em outros termos, visualiza que a condução da humanidade consiste, em última instância, em direção cultural, e que a direção política deve ser guiada pela cultura. Propugna-se a independência da cultura e da inteligência e não a indiferença da cultura e dos intelectuais a respeito da política. Sua proposição

se aproxima do conceito de intelectual postulado por Bourdieu (1996): um ser paradoxal, um personagem bidimensional pertencente ao campo intelectual autônomo que manifesta sua perícia e autoridade específica nas atividades políticas e culturais exteriores ao campo que integra.

A intervenção de Wilson Martins deve ser compreendida dentro do “espaço de possíveis”, visto que, na década de 1940 o campo literário brasileiro já acumulava uma autonomia significativa, o que lhe possibilitou o reconhecimento nas editoras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1946, por exemplo, publicou na editora José Olympio sua obra intitulada *Interpretações (crítica literária)*. Na década seguinte publicou diversas obras, entre as quais destacamos: *Um Brasil diferente* (1955 – Anhembi); *A palavra escrita – história do livro, da imprensa e da biblioteca* (1957 – Anhembi). É importante assinalar que a produção de Wilson Martins compunha a área de humanidades, a qual representava até 1945 “[...] apenas 14% dos títulos [...]” (MICELI, 2001, p. 156). Em geral, sustenta Miceli (idem, ibidem) que, “a poesia, a crítica e a história literárias são os gêneros mais publicados pelas pequenas editoras ou pelos próprios autores, ao passo que os livros didáticos e as obras de ficção são os gêneros que propiciam os maiores índices de lucratividade [...]”. Porém, “as três maiores editoras – pela ordem, Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, Editora Globo e Livraria José Olympio – são os principais investidores na publicação de obras de ficção, nacionais e estrangeiras [...]” (idem, p. 156-157). A publicação do primeiro livro, escrito por Wilson Martins, representou uma dupla exceção – publicado na José Olympio e obra de crítica literária. A condição de terceira maior editora do Brasil, alcançada pela José Olympio, deve-se, segundo Miceli (idem, p. 157), “aos investimentos seguros no gênero mais rentável (romances) e [...] à sua proximidade das instituições que detinham o poder intelectual (Academia Brasileira de Letras) e o poder político [...]”. As outras obras de Wilson Martins foram publicadas por outras editoras que não figuravam entre as mais importantes.

No entanto, é possível afirmar em consonância com Miceli (idem, p. 76) que,

o mercado do livro, cujo florescimento resultou da constituição de um novo público composto de funcionários, profissionais liberais, efetivos das car-

reiras docentes, empregados do setor privado etc., grupos cujo tamanho e importância tendiam a aumentar cada vez mais em função da industrialização e da urbanização.

A trajetória de Wilson Martins está associada também aos espaços da imprensa e do próprio serviço público. Em 1937, trabalhou como revisor na *Gazeta do Povo*. No ano seguinte trabalhou no jornal *Diário dos Campos*, da cidade de Ponta Grossa. Em 1942, começou sua atividade de crítica no jornal *O Dia*, de Curitiba.

Em entrevista concedida a Miguel Sanches Neto (1997, p. 23), Wilson Martins afirma:

[...] comecei a trabalhar aos 16 anos, como revisor da *Gazeta do Povo*, passando depois para *O Estado* como redator. O jornal foi fechado com o golpe de 10 de novembro de 1937. Em seguida, passei a trabalhar como editor (então chamado de secretário) no *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, onde fiquei por ano e meio, até completar o chamado curso pré-jurídico, no Colégio Regente Feijó.

Wilson Martins também ocupou cargos públicos. É notória sua passagem pelo poder público do estado do Paraná no período de governo de Manoel Ribas (interventor nomeado por Getúlio Vargas). Assim Martins relata: “de volta a Curitiba para o curso de direito, fui locutor da PRB-2 [Rádio Clube Paranaense] por três anos, de onde saí para ser Oficial de Gabinete do interventor Manoel Ribas” (idem, *ibidem*). Essa relação com a classe dirigente do Paraná aconteceu no período em que cursava ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Paraná. Mais tarde, teve relação próxima com a gestão de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955). Segundo Márcio de Oliveira (2005, p. 219), “em seu governo, Bento recebe a assessoria de um pequeno grupo de amigos, dentre os quais está Wilson Martins”.

Ao ser indagado sobre a razão de sua família mudar de São Paulo para Curitiba, Martins (apud SANCHES NETO, 1997, p. 23) afirma: “vim com a mudança de meus pais para Curitiba, creio que consequência da crise de 1929”. Pela breve descrição é possível afirmar que sua família pertencia ao

grupo decadente de São Paulo que tentava, no sul do Brasil, buscar condições satisfatórias para criar seus filhos. O ingresso precoce de Wilson Martins no mercado de trabalho indica que as condições sociais da família não eram satisfatórias. Por outro lado, sua família atribuía importância significativa ao capital cultural. Sobre tal aspecto, afirma que foi “educado pelo sistema antigo, de rigor, disciplina e obediência, sem excessos de complacência. Estudar e completar os cursos era considerado coisa de rotina, sem nada que merecesse comemorações especiais” (MARTINS apud SANCHES NETO, 1997, p. 24). Essa avaliação se aproxima da assertiva de Miceli (2001, p. 81): “as possibilidades de acesso às profissões intelectuais continuam a depender, em medida significativa, das estratégias de reconversão das famílias que estão em condições de transmitir aos filhos um certo montante de capital social e cultural [...]”.

A exposição de alguns aspectos da trajetória de Wilson Martins objetivou relativizar sua afirmação de que não pertencia nem à esquerda, nem à direita. Sua narrativa reafirma a ilusão de que o artista/crítico literário é destituído de interesses. Em outros termos, reafirma a tese de que os intelectuais seriam uma camada social sem vínculos. Nossa observação visa desmantelar a possibilidade de existência de uma camada social desvinculada das lutas políticas; mas objetiva também contraditar a afirmação de que os interesses do intelectual/artista estão sintetizados nas lutas que acontecem no campo político ou no campo econômico. A definição de intelectual e de cultura propugnada por Wilson Martins estaria nesse espaço complexo entre o campo político e o campo cultural, que em cada momento de sua trajetória ganha contornos diferenciados, pois em cada sociedade e período a autonomia do campo cultural tem variação. Além disso, a autonomia do intelectual/artista dependerá sempre da posição que ele ocupa no próprio campo (posição dominante/dominada). A vinculação orgânica de Wilson Martins ao governo de Manoel Ribas explica-se pelas duas razões enumeradas anteriormente. Seu relativo distanciamento das classes dirigentes paranaenses, no decorrer da segunda metade do século XX, também se compreende pela autonomia do campo cultural brasileiro/paranaense, bem como pela posição de Wilson Martins no campo literário.

Faculdade de Filosofia e Faculdade de Cultura: cúpula da universidade moderna

Wilson Martins sustentava que a nova universidade seria a responsável pela formação da elite intelectual, a guardiã moral e portadora da missão de renovação cultural da humanidade. De acordo com ele, “a Universidade é a cúpula do nosso sistema de ensino e que devemos impregná-la do *espírito universitário*, isto é, do gosto pelos estudos sérios e desinteressados e que a escola superior deve ser um centro de atração de vocações definidas” (MARTINS, 1951, p. 73, grifo do autor). Considerava “o bacharelismo como deformação grotesca da nossa formação intelectual, e a tendência brasileira a produzir em quantidades industriais os mais medíocres doutores” (idem, p. 72). Ele não estava privilegiando a formação técnica em detrimento da formação humanista, ao contrário, enfatizava que os estudos desinteressados não deveriam ser feitos por indivíduos atrelados à educação aplicada. Esse autor se apropriou das palavras do ministro da educação para afirmar:

Aos que não possuem a vocação universitária, a vocação dos estudos sérios e desinteressados [...] que se dedicassem a outros estudos, que fossem, como tantos outros, eficientes cooperadores de nosso desenvolvimento econômico, para o que um dos pontos do seu programa será então, o da disseminação das escolas profissionais (idem, *ibidem*).

A universidade deveria organizar os conhecimentos necessários à aplicação, porém, deveria estabelecer como sua missão principal a formação humanista. Esta argumentação não se pauta em uma hierarquia valorativa do conhecimento, mas em uma hierarquia lógica, pois ele não pensava “que o ‘Discurso do método’ fosse mais importante que uma ponte sobre o rio Iguaçu, mesmo porque Descartes não nos oferece nessa pequena obra insignificante nenhum outro meio de atravessar os cursos d’água” (idem, p. 73). No entanto, afirmava: “acredito que se pode perfeitamente admitir a coexistência pacífica dos filósofos e dos engenheiros, dos bacharéis e dos agricultores, dos pintores de paredes e dos pintores de quadros” (idem, *ibidem*). Declarava, ainda, que:

A Universidade tem sido o maior obstáculo, o mais formidável obstáculo oposto a essa avançada tremenda contra a inteligência [...]. É nos seus corredores obscuros e nos seus laboratórios quase sempre mal instalados, é nas suas salas de aula cada vez mais vazias e cada vez menos atentas, que a inteligência encontrou o último refúgio (MARTINS, 1951, p. 73).

Wilson Martins afirmava que, ao mesmo tempo em que houve expansão do ensino superior, existiu uma redução de estudantes que se ocupavam dos estudos desinteressados. Esse intelectual estava estabelecendo uma crítica ao modelo universitário que postulava a formação estritamente profissionalizante. No entanto, discorria Martins (*idem*, p. 74):

Mas um núcleo pequeno e extremamente pertinaz sempre ficou, e os velhos professores não chegavam a compreender como ainda havia alguns moços que desejavam munir-se desses valores de “elite” proporcionados pela inteligência, quando o jornal da manhã acabara de assegurar que tais valores estavam destinados à destruição certa, e não mereciam, enquanto ela não chegava, senão o maior desprezo.

A universidade deveria formar o técnico, bem como o filósofo e o cientista, preocupados com o conhecimento desinteressado e, na concepção do autor, era por meio da Faculdade de Filosofia que se alcançaria a missão da universidade.

Wilson Martins associava a Faculdade de Filosofia ao projeto da Faculdade de Cultura postulado por Ortega y Gasset. Esse filósofo espanhol proferiu, em 1930, seis palestras a convite da Federação dos Estudantes Universitários (associação de estudantes da Universidade de Madri), as quais foram organizadas e publicadas sob o título “Missão da Universidade”. O pensador ibérico defendia como principal missão da universidade a formação de uma elite iluminada capaz de elevar e guiar os rumos da cultura. Isso não implicava em negar outras funções para aquela instituição. A universidade deveria assumir várias funções, tais como: formação de profissionais, formação de pesquisadores, preparação para liderança política e formação básica de “cultura geral”. A base da formação visava preparar o estudante da maneira mais completa

possível, isto é, formar uma pessoa culta, autônoma, que se media e se sobrepunha ao seu tempo podendo impulsionar criativamente o destino político do país. Na concepção de Ortega y Gasset (1999, p. 70), “o ensino universitário deve estar integrado pela transmissão da cultura, pelo ensino das profissões e pela pesquisa científica e formação de novos homens de ciência”.

A Faculdade de Filosofia “constitui o próprio núcleo de todo o ensino superior. Sua missão é mais alta de todas as missões universitárias: a de ensinar cultura. A Faculdade de Filosofia não se destina [...] à formação de profissionais: essa formação não é senão a menos importante de todas as suas funções” (MARTINS, 1951, p. 78). Continuava Martins (idem, ibidem, grifo do autor),

a sua missão específica, o seu destino mais amplo, é o de constituir uma assembléia onde se reúnam alguns poucos professores e alunos para os quais o verbo *conhecer* não tem complemento necessário: não estudamos literatura para ensinar literatura, mas apenas *para* conhecê-la; não estudamos química para montar fábricas de matérias plásticas, mas apenas para saber química.

Defendia a proposição de que a finalidade de

nossos estudos deve ser eminentemente gratuita, como é gratuita toda a ciência, como a cultura é, em si mesma, profundamente gratuita. *É um mal entendido muito propagado o de supor que a ciência deve servir para alguma coisa.* A ciência não serve para nada, como a arte também não serve para nada, a não ser para conhecer, no primeiro caso, e para satisfazer a uma aspiração estética, no segundo (idem, ibidem, grifo do autor).

Para ele,

a ciência é gratuita, como a cultura é desinteressada, e a nossa principal missão sendo a de pesquisa cultural em suas formas mais altas e mais puras, resulta que a Faculdade de Filosofia, como eu dizia há pouco, em forma aparentemente paradoxal, não serve para nada, se a quisermos comparar com outras escolas das quais a principal função é a de formar profissionais (idem, p. 80).

Por outro lado,

o que tem utilidade prática, o que é suscetível de emprego concreto, são as técnicas, nascidas das ciências e das artes, e nelas fundadas [...]. Isso não quer dizer que a ciência não venha a ser útil à humanidade: mas é que quando essa utilidade se revela, já não se trata mais de ciência, mas da técnica dela derivada (MARTINS, 1951, p. 78-79).

Essa concepção não foi debatida entre o grupo de 1912 pois, naquele momento, a formação profissional foi a única missão atribuída à universidade. A FFCL foi criada em 1938, entretanto não contemplava uma base formativa comum a todos os cursos existentes. Em meados dos anos de 1940, as Faculdades se aglutinaram para formar a UP. Naquele momento, os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinham como expressão da formação básica, a disciplina Introdução Especial à Filosofia. O processo de federalização deveria contribuir para a inserção de um programa básico que fundamentasse a formação dos estudantes universitários.

A intervenção de Wilson Martins foi expressão dessa pretensão ao dizer que a universidade tinha várias missões e que todas eram importantes, porém a formação cultural era fundamental. Afirmava que a sociedade precisava do médico, pois não era possível conceber uma organização social sem a presença daquele profissional, entretanto o sistema universitário deveria estar imbuído da pesquisa, ou seja, da formação do cientista (um reduzido grupo, porque embora fossem atividades distintas, eram complementares) – o médico não era um cientista, assim como o filósofo e o artista não eram profissionais técnicos, embora pudessem ser professores. No entanto, exercer a atividade docente era diferente de ser filósofo ou artista.

Ortega y Gasset afirmava que a educação profissional e a preparação para a pesquisa somente seriam desenvolvidas por meio da formação do aluno na cultura geral e que esta formação consistia em passar uma visão completa das ideias da época, particularmente do sistema vital que as integrava. Antes da preparação especializada deveria ser dada a formação “generalista”, o que consistia no espírito universitário. O professor não

deveria ser o filósofo, nem o cientista, pois eram atividades distintas, entretanto, o professor teria que compreender de maneira genérica como se estruturavam as ações do filósofo e do cientista. A Faculdade de Cultura, no pensamento do filósofo espanhol, seria o eixo central da universidade.

Para Wilson Martins (1951, p. 80),

o culto desinteressado das ciências e das letras, sendo gratuito e não tendo em vista nenhum resultado imediato, a Faculdade de Filosofia, encarregada de difundi-lo dentro da Universidade, adquire, assim, a fisionomia típica do organismo universitário, a da escola que não aspira a nenhum grande triunfo na ordem material.

Na concepção de Wilson Martins, a Faculdade de Filosofia deveria exercer a unidade da UP, pois a sua missão suprema era:

A de difundir cultura, isto é, ideias claras e firmes sobre o universo, convicções positivas sobre o que são as coisas e o mundo. O conjunto dessas convicções é a cultura, no verdadeiro sentido da palavra; todo o contrário é, pois, ornamento. Cultura é o que se salva do naufrágio vital, o que permite ao homem viver sem que a sua vida seja uma tragédia sem sentido ou um envelhecimento radical (idem, p. 82).

Wilson Martins apropriou-se do conceito de cultura de Ortega y Gasset (1999, p. 98-99), para o qual,

cultura é o sistema de ideias vivas que cada época possui. Ou melhor, o sistema de ideias a partir das quais o tempo transcorre. Porque não há jeito nem evasão possível: o homem vive sempre a partir de algumas ideias determinadas, que constituem o chão onde apoia sua existência. Essas que eu chamo de “ideias vivas ou de que se vive”, são, nem mais nem menos, o repertório de nossas efetivas convicções sobre o que é o mundo e o que são nossos semelhantes, sobre a hierarquia dos valores que as coisas e as ações têm: ora mais valiosas, ora menos.

Em sua aula inaugural, Martins se refere a Ortega y Gasset, particularmente ao que ele definia ser a missão da Faculdade de Cultura. Ele

associava o papel da Faculdade de Cultura pensado por Ortega y Gasset à tarefa que atribuía à Faculdade de Filosofia. Por que a Faculdade de Filosofia ocupava o lugar privilegiado no sistema universitário? Porque ela cumpria a missão elementar da universidade, ou seja, tornar o homem médio um homem culto, isto é, fornecer as condições para que compreendesse as ideias que circulavam no seu contexto. Ela deveria educar a juventude sob a égide do que Ortega y Gasset chamava de grandes disciplinas culturais que consistiam na imagem física do mundo (física), nos temas fundamentais da vida orgânica (biologia), no processo histórico da espécie humana (história), na estrutura e funcionamento da vida social (sociologia) e no plano do universo (filosofia).

Para Martins a revolta contra a inteligência consistia em um golpe contra a universidade. Afirmava que à universidade cabia formar uma verdadeira aristocracia, formando “dentro dela uma ‘elite’, e é neles e só neles que se pode ser depositada a esperança dos homens” (MARTINS, 1951, p. 81). Declarava, ainda, que:

A “elite” não se estabelece, pois, por meio de processos acidentais de nascimento ou de fortuna, da mesma forma por que podemos dizer que não pertence à “elite” quem quer: ela se forma, em cada grupo social, graças à distinção que se institui automática e invariavelmente entre os que trazem a marca misteriosa do destino e os outros. Não é a condição social, nem a riqueza, que distingue a “elite”: todos sabem que nas mais altas classes da sociedade, como nas mais baixas, existem os tipos que realmente encarnam a aristocracia da espécie, ao lado dos que ao primeiro golpe de vista se denunciam como simples acidentes inexplicáveis e grotescos do seu próprio ambiente (idem, p. 82).

Martins (idem, p. 83) afirmava que não era um projeto fácil o que estava postulando e,

para cumpri-lo devemos antecipadamente nos resignar a muitos sacrifícios obscuros, a muitas incompreensões e a muitas injustiças. É preciso sobretudo nos acostumarmos a essa ideia aparentemente absurda de que a Faculdade de Filosofia não serve para nada, isto é, de que não devemos pedir-lhe que nos ofereça um meio seguro e infalível de ganhar a vida, de conquistar os bens deste mundo.

Nesses termos, asseverava Martins (1951, p. 83-84): “a nossa atitude deve ser a da defesa da inteligência, a da vigilância permanente pela manutenção dos valores aristocráticos do espírito e a da perpétua vigília às portas da Universidade”. Por fim, concluía o autor que, “se verdadeiramente o segredo da reforma universitária está em ‘descobrir o que verdadeiramente constitui a sua missão’, não devemos hesitar por um instante em dizer que essa missão é a da defesa da inteligência. Essa é a sua missão suprema, que engloba e suplanta todas as outras” (idem, p. 84).

É possível afirmar que, para Martins, a FFCL deveria se ocupar dessa missão, ou seja, ela deveria ter como objetivo primacial a iniciação dos jovens nos estudos desinteressados ao invés da formação de professores, embora esta fosse também importante. O filósofo e o cientista buscavam o aprofundamento dos estudos desinteressados de suas respectivas áreas. Já o engenheiro, o advogado e o médico não deveriam ser transformados em cientistas ou filósofos, porém tinham de receber formação mínima que os habilitasse a compreender as estruturas do pensamento filosófico e científico.

À guisa de conclusão

Na introdução deste artigo afirmamos que o objetivo consistia em debater os problemas do intelectual e da universidade no pensamento de Wilson Martins, tomando sua aula inaugural e a obra *História da inteligência (1933-1960)* como fontes para problematizar suas acepções. A intervenção de Martins na FFCL, naquele contexto, espaço controlado pelo grupo católico, explicitava uma cosmovisão vinculada a outras tradições filosóficas. Ele integrava o grupo da revista *Joaquim*, no qual também conviveu com Erasmo Pilotto, o principal intérprete da Escola Nova na capital paranaense das décadas de 1940/1950. Embora divergisse da concepção estética de Pilotto, parece que a acepção moderna de educação propugnada pelos renovadores foi apropriada por Wilson Martins.

A posição de Martins depreendida de sua aula inaugural e reafirmada na obra *História da inteligência brasileira* foi analisada sob duas perspectivas. A primeira objetivava trazer à baila aspectos da trajetória desse personagem articulados ao movimento dos grupos envolvidos com

os campos da literatura e ensino superior paranaenses. Sua incursão no campo intelectual/literário, materializada na revista *Joaquim*, na crítica literária (publicação de artigos em jornais e livros) e na FFCL, buscava promover uma crítica à tradição e defender um novo *ethos* às esferas da arte e da educação superior. Essa abordagem refere-se ao contexto de constituição da trajetória intelectual de Wilson Martins no início da década de 1950, fazendo recuos aos anos de 1930 e 1940 e avanços aos de 1970 (publicação de *História da inteligência brasileira*). A segunda perspectiva visava problematizar o pensamento de Martins no diálogo com Ortega y Gasset, mais precisamente, com os conceitos orteguianos de intelectual e de universidade. Em outros termos, buscava restituir as ideias de Wilson Martins articuladas ao pensamento filosófico desse pensador espanhol que, nas décadas de 1940 e 1950, passou a ser incorporado nos debates de parte significativa da intelectualidade brasileira.

Esse percurso analítico tomou como pano de fundo as disputas entre as diferentes concepções de ensino superior, bem como os variados entendimentos sobre o papel dos intelectuais na sociedade moderna, visando afirmar que a presença de Wilson Martins na FFCL da UP constituiu uma das vozes que se contrapuseram ao grupo católico ao sistematizar outra concepção de intelectual e de universidade. Portanto, este artigo contribui para a história intelectual ao destacar que, do discurso de Martins, ecoaram outras correntes filosóficas no horizonte da comunidade acadêmica paranaense do início dos anos de 1950, interferindo, direta ou indiretamente, nas representações, nas visões de mundo, condicionando sistemas de percepção, de apreciação e de classificação entre os curitibanos.

Referências

AGGIO, A.; LAHUERTA, M. (Org.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003.

ANUÁRIO da Universidade do Paraná. Curitiba, 1946-1951.

BARROS, R. S. M. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.

BASTOS, E. R. A revista *Cultura e Política* e a influência de Ortega y Gasset. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 146-171.

BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BENDA, J. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p. 65-121.

BEOZZO, J. O. A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano: a economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1984.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença, 1996.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2008.

CAMPOS, N. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: UFPR, 2008.

_____. *Intelectuais e Igreja católica no Paraná: 1926-1938*. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

CHARLE, C.; VERGER, J. *História das universidades*. São Paulo: UNESP, 1996.

CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

ESPÍRITO SANTO, L. *A missão social das universidades*. (Oração de paraninfo dos licenciados de 1947, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Paraná). Curitiba, 1947.

FÁVERO, M. L. A. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Universidade & poder. Análise crítica e fundamentos históricos: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, v. 1, 2000.

FERNANDES, F. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUMBOLDT, W. V. Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores de Berlim. In: KRETSCHMER, J.; ROCHA, C. C. (Org.). *Um mundo sem universidades?* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 79-100.

KONDER, L. História dos intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 355-374.

LECLERC, G. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

MARTINS, W. A revolta contra a inteligência e a missão da universidade. In: *Anuário da Universidade do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1951. p. 67-84.

_____. *Entrevista concedida a Luiz Carlos Soares Oliveira*. Curitiba: 2005.

_____. *História da inteligência brasileira (1933-1960), VII*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOLINUEVO, J. L. *Para leer a Ortega*. Madrid: Alianza, 2002.

OLIVEIRA, L. C. S. *Joaquim contra o paranismo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

OLIVEIRA, M. O. “Brasil diferente” de Wilson Martins. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 215-221, maio/ago. 2005.

ORTEGA Y GASSET, J. *Missão da universidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. Prospecto da “liga de educación política española”. In: BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’Água, 1999. p. 55-64.

PAULA, M. F. *A modernização da universidade e a transformação da intelligentsia universitária*. Florianópolis: Insular, 2002.

PIERUCCI, A. F. O.; SOUZA, B. M.; CAMARGO, C. P. F. Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, B. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1984. p. 346-380.

SANCHES NETO, M. (Org.). *Wilson Martins*. Curitiba: UFPR, 1997. (Série Paranaenses, n. 8).

SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SEFFRIN, A. et al. *Mestre da crítica*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

SILVA, H. R. da. História intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.

SILVA, R. *A arte como princípio educativo: um estudo sobre o pensamento educacional de Erasmo Pilotto*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L. A. N. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2003.

VIEIRA, C. E. O movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 53-74, 2001.

_____. *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual*. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 16, p. 63-86, 2008.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983.

Endereço para correspondência:

Névio de Campos

Rua Lopes Trovão, 262

Vila Estrela

Ponta Grossa – Paraná

CEP: 84040-080

E-mail: nmestrado@ig.com.br

Recebido em: 27 jul. 10

Aprovado em: 05 jul. 11